

DIÁLOGOS ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.



APRESENTAÇÃO

UF *m* G

FaE

PROMESTRE
MESTRADO PROFISSIONAL
EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA

A presente cartilha é parte da pesquisa: “Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos e a rede estadual de ensino de Minas Gerais: estudo da implementação em uma escola de Belo Horizonte” além da dissertação apresentamos um suporte educacional que dialogue com a dissertação, para além das formalidades essa cartilha tem como objetivo o diálogo com os docentes da rede estadual que trabalha com a Educação de Jovens e Adultos para que juntos possamos pensar em caminhos que enriquecem nossas experiências no chão da sala.

A linguagem utilizada no texto será mais direta sem todo o rigor acadêmico que utilizamos em nossas produções, as devidas citações e explicações aprofundadas do conceito estarão presentes no trabalho supracitado, que caso o leitor tenha interesse poderá acessá-lo para fazer a devida leitura crítica.

Por fim é necessário explicar que de forma alguma esse trabalho tenha a pretensão de ser algo concluído e que deseje ser seguido à risca, mas sim o início de uma vasta discussão sobre o papel do docente no chão da escola e as possibilidades que a educação popular acrescenta no nosso repertório.

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO DE ADULTOS	4
POLÍTICAS PÚBLICAS	5
EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)	6
AS REGRAS DA EJA – QUEM DECIDE O QUÊ?	7
QUAL A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR CONHECER AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS MECANISMOS?	8
EU CONSIGO APLICAR A EDUCAÇÃO POPULAR DENTRO DA ESTRUTURA DO ESTADO?	9

EDUCAÇÃO DE ADULTOS

A educação de adultos é uma modalidade educacional direcionada àqueles que por algum motivo foram evadidos da escola durante a infância ou adolescência e por isso necessitam retomar seus estudos em uma diferente fase da vida. Historicamente, essa modalidade se desenvolveu por ações da sociedade civil, se mobilizando ou demandando do Estado, sendo marcada por diferentes concepções e práticas ao longo do tempo.

A política educacional voltada para esse público está inserida no contexto das políticas públicas que buscam garantir o direito à educação, considerando as especificidades socioeconômicas e culturais dos educandos. Somente com em 1996 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) a Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi instituída no Brasil como política pública, porém vale reforçar que a luta e os movimentos pela educação do adulto é uma reivindicação histórica.

No entanto, a implementação da educação de adultos enfrenta desafios como a evasão escolar, a falta de recursos adequados e a necessidade de metodologias pedagógicas que dialoguem com a realidade dos educandos. A educação de adultos não deve ser entendida apenas como uma medida compensatória, mas como um instrumento fundamental para a inclusão social e o exercício pleno da cidadania.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Você já parou para pensar em como as decisões do governo impactam nosso dia a dia? As políticas públicas são, basicamente, os planos que o governo faz para resolver problemas ou melhorar serviços. Desde garantir escolas até organizar o transporte, tudo passa por aí.

O legal é que esse campo de estudo começou lá nos Estados Unidos, nos anos 1930, e desde então vem ajudando a organizar melhor as ações do governo.

Tudo isso funciona em um ciclo: primeiro o problema aparece na agenda do governo, depois são criadas as regras, decididas as ações, implementadas e, por fim, avaliadas. Parece simples, mas tem muita gente e interesse envolvido. E é aí que a coisa fica interessante (ou complicada).

A partir do momento que o Estado for agir sobre alguma demanda que foi pautada pela sociedade civil, a política pública criada pode ou não atender as expectativas de quem reivindicou. Por isso é necessário que a população esteja sempre vigilante sobre seus direitos

EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A educação popular tem um grande diferencial: ela acredita que ensinar vai além de passar conteúdo. É sobre transformar vidas, dar autonomia e mostrar que todo mundo tem algo valioso para compartilhar. Quem já ouviu falar no Paulo Freire sabe do que estou falando.

Já a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma ajuda valiosa para quem não conseguiu ter conseguido concluir a escola anteriormente. Seja porque precisou trabalhar cedo ou porque não tinha escola por perto. A ideia é trazer essas pessoas de volta à sala de aula, respeitando suas vivências.

Só que tem um detalhe: a educação popular e a EJA nem sempre andam de mãos dadas. Enquanto a primeira é mais livre e focada no dia a dia da comunidade, a EJA às vezes segue regras rígidas demais, pensadas de cima para baixo. Aí fica a pergunta: será que a EJA deveria ser mais como a educação popular?

AS REGRAS DA EJA – QUEM DECIDE O QUÊ?

Você sabia que a Educação de Jovens e Adultos tem várias leis e regras que dizem como ela deve funcionar? Algumas vêm lá de Brasília, como a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Outras são feitas pelos estados, como o Plano Estadual de Educação de Minas Gerais.

Essas leis tentam garantir que quem volta a estudar tenha um ensino de qualidade, mas na prática nem sempre é fácil. Tem escola que falta material, professor que não sabe muito bem como aplicar as regras, e aluno que sente que as aulas não falam com sua realidade.

E aí vem um desafio gigante: como fazer as leis saírem do papel e virarem realidade? Parece que falta diálogo entre quem faz as regras e quem está na sala de aula. Afinal, se o professor não tiver suporte, como ele vai ensinar?

QUAL A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR CONHECER AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS MECANISMOS?

O conhecimento das políticas públicas permite ao professor compreender os objetivos e limites do sistema educacional, garantindo uma atuação crítica e eficiente no contexto da EJA. Esse entendimento possibilita a mediação entre as exigências legais e as necessidades reais dos estudantes, promovendo uma prática pedagógica mais contextualizada e significativa.

Além disso, o domínio das políticas educacionais permite ao docente reivindicar melhores condições de trabalho e recursos adequados, contribuindo para a efetivação dos direitos educacionais dos jovens e adultos. Conhecer os mecanismos das políticas públicas também capacita o professor a participar ativamente dos processos de gestão escolar e das decisões coletivas, assegurando que as ações educacionais estejam alinhadas com as diretrizes nacionais e estaduais, sem perder de vista a realidade local.

Por fim e infelizmente na nossa sociedade atualmente os professores são vítimas de diversos ataques e são colocados no centro da polarização como agentes de ideologização, então esse conhecimento da legislação é uma forma de se defender e entender melhor suas possibilidades de atuação.

EU CONSIGO APLICAR A EDUCAÇÃO POPULAR DENTRO DA ESTRUTURA DO ESTADO?

Aplicar educação popular dentro da estrutura do Estado é um desafio complexo, pois a lógica burocrática e padronizada das políticas públicas muitas vezes entra em conflito com os princípios da educação popular, que valoriza a autonomia, o diálogo e a construção coletiva do conhecimento.

No entanto, é possível incorporar elementos da educação popular na EJA, desde que haja flexibilidade curricular e reconhecimento dos saberes dos educandos. A legislação educacional brasileira tanto na BNCC quanto na LDB deixa claro a necessidade de adequar os conteúdos pedagógicos contextualizados e adaptados à realidade sociocultural dos educandos. Porém essa efetiva aplicação da educação popular depende do engajamento dos profissionais da educação e de políticas que reconheçam a diversidade dos sujeitos da EJA. Essas práticas metodológicas podem ser utilizadas pelos educadores para inserir hábitos emancipadores, utilizando a legislação como respaldo para a construção de propostas pedagógicas mais próximas da realidade dos educandos.

Assim, embora existam limitações estruturais, é possível implementar práticas da educação popular por meio de iniciativas locais e da participação ativa da comunidade escolar

ONDE ENCONTRAR A LEGISLAÇÃO? (FEDERAL)

- Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como um direito social e um dever do Estado e da família, garantindo o acesso e permanência na escola.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996, que reconhece a EJA como uma modalidade da educação básica e regulamenta sua organização.
- Pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE), como o Parecer CNE/CEB 11/2000, que define diretrizes curriculares para a EJA.
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC): estabelece diretrizes para a formação e desenvolvimento de competências e habilidades que devem ser contempladas no currículo.

ONDE ENCONTRAR A LEGISLAÇÃO? (ESTADUAL)

- Constituição do Estado de Minas Gerais, que estabelece diretrizes estaduais para a educação.
- Plano Estadual de Educação (PEE), que orienta a organização e implementação da EJA no estado.
- Matriz Curricular de Minas Gerais, que define conteúdos e estrutura para a EJA na rede estadual.

Além disso, em Minas Gerais, devemos ficar sempre atentos às **resoluções**, elas são mais difíceis de acompanhar e são muito importantes. Para acessá-las temos que ir no site da Secretaria do Estado de Educação, na aba "A secretaria" e "legislações". Lá podemos encontrar as resoluções, portarias, decretos, leis, etc...